

LIVROS ATUAIS PARA AULAS TRADICIONAIS: UM OLHAR DAS LIMITAÇÕES DAS PRÁTICAS COM OS LIVROS DE HISTÓRIA EM DUAS ESCOLAS DA PREFEITURA DO RECIFE

Mariana Luiz de Assunção¹
Letícia Medeiros Falcão Ferreira²
Lucas Victor Silva³

RESUMO

Este trabalho investiga os usos do livro didático de história nos anos iniciais em duas escolas da Rede Municipal do Recife, refletindo sobre suas limitações diante das práticas tradicionais de ensino. A presente pesquisa qualitativa, baseia-se em observações não-participativas em entrevista estruturada com três professoras atuantes em 2024. O interesse pelo tema surgiu a partir do projeto desenvolvido na disciplina de Práticas Educacionais Pesquisa e Extensão IV (PEPE) do curso de Pedagogia da UFRPE, no qual licenciandos foram desafiados a analisar concepções e práticas do ensino de história nas escolas parceiras. O PEPE IV é produto final de todas as matérias do 4º período, que oferecem a base teórica necessária para a realização das observações e pesquisas que proporcionam experiências nos diversos âmbitos educacionais. Fundamentada em Choppin (2002, 2008), Freitas (2010), Cainelli (2010) e Behrens (2003), a pesquisa foca no ensino de história, na perspectiva docente e de como utilizam os livros em sua didática. Os resultados indicam que, embora os docentes afirmem utilizar o livro didático e ter um conhecimento profundo sobre ele, nos dias de observação não pôde ser visualizado o uso livro. Ademais, foi possível apenas observar uma aula de história referente aos povos indígenas, a qual seguiu o modelo tradicional, ocorrendo de forma reducionista, estereotipada e guiada pelo calendário de datas cívicas. Conclui-se que, apesar das práticas tradicionais e pontuais, os livros didáticos apresentam conteúdos atualizados que favorecem uma abordagem investigativa, evidenciando a discrepância entre os recursos disponíveis e sua eficácia no ensino. Além disso, as observações realizadas demonstram uma discrepância significativa em relação às entrevistas. Enquanto os professores relataram práticas que correspondiam ao ideal, o comportamento observado em sala de aula refletia uma realidade diferente, constando uma subalternização do ensino de história em detrimento a outras disciplinas como português e matemática.

Palavras-chave: Livro didático, Ensino de história, Anos iniciais, Práticas tradicionais e Formação docente.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural- PE, marianassun03@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural - PE, leticiamferreir4@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutor em História pela Universidade Federal - PE, lucas.victor@ufrpe.br;



INTRODUÇÃO

O ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental é essencial para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos, fornecendo uma base sólida para a formação de cidadãos críticos.

Conforme destaca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), “o ensino de História e Geografia deve proporcionar aos estudantes uma compreensão de seu papel no mundo, promovendo o pensamento crítico e a análise das dinâmicas sociais e ambientais”. Esse enfoque permite que os alunos construam uma visão abrangente e integrada do mundo ao seu redor.

O historiador e educador Itamar de Freitas (2010) enfatiza que “o estudo da História não se limita a memorizar datas e eventos, mas busca entender as causas e consequências dos processos históricos, o que enriquece a formação do indivíduo”. A História, ao oferecer uma perspectiva sobre as mudanças sociais e culturais ao longo do tempo, permite que os alunos desenvolvam uma compreensão mais profunda do presente e dos desafios enfrentados pela sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) estabelece que a educação básica deve garantir “a formação integral do aluno, respeitando suas especificidades e promovendo o desenvolvimento pleno das suas potencialidades” (Art. 26). Nesse sentido, o ensino de História nos anos iniciais contribui para a construção dessa formação integral, integrando conhecimentos com aspectos práticos e sociais.

Desta forma, este trabalho busca analisar a importância do ensino de História nos anos iniciais da educação básica com base em uma revisão da bibliográfica, presente neste documento, e dos documentos normativos que orientam a educação brasileira, com objetivo de investigar os usos do livro didático de história nos anos iniciais em duas escolas da Rede Municipal do Recife, refletindo sobre suas limitações diante das práticas tradicionais de ensino.⁴

Assim, a intenção desse artigo é apresentar subsídios, reunidos a partir de várias fontes, que permitam aos sistemas de ensino e, principalmente, aos profissionais responsáveis pela ação cotidiana com as crianças, não apenas pautarem, mas também

⁴ Trabalho resultante de pesquisa desenvolvida no âmbito da disciplina Práticas Educacionais, Pesquisa e Extensão IV (PEPE IV), do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no ano de 2024.



interrogarem suas opções na difícil tarefa de elaborar propostas pedagógicas para o ensino de História nos anos iniciais. Nesse sentido, não pode – e nem aspira – dar conta de todas as questões implicadas nesse complexo processo. Antes, pretende oferecer um panorama abrangente para a reflexão sobre o cotidiano e as práticas pedagógicas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se em observações não participativas realizadas em turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando compreender as práticas pedagógicas relacionadas ao ensino de História e à utilização do livro didático como recurso didático-pedagógico.

As observações ocorreram em quatro visitas realizadas no mês de maio de 2024, no âmbito do projeto desenvolvido na disciplina Práticas Educacionais, Pesquisa e Extensão IV (PEPE IV), do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Essa disciplina propõe que os licenciandos analisem concepções e práticas de ensino nas escolas parceiras, articulando teoria e prática de forma integrada. O PEPE IV constitui-se como produto final das disciplinas do quarto período do curso, oferecendo a base teórica necessária para a execução das observações e pesquisas, possibilitando experiências significativas nos diversos âmbitos educacionais.

Como procedimento metodológico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três professoras atuantes em escolas municipais da cidade do Recife, em 2024. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas para análise das narrativas docentes. O material coletado foi examinado à luz da análise de conteúdo, com o intuito de identificar percepções, desafios e práticas relacionadas ao ensino da História e ao uso dos livros didáticos em sala de aula.

A análise dos dados compreendeu a interpretação cruzada entre as observações diretas e as respostas obtidas nas entrevistas, buscando evidenciar as concepções pedagógicas subjacentes às práticas docentes e as possíveis tensões entre a proposta curricular e a realidade observada nas escolas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao decorrer dos tempos, conseguimos compreender a importância fundamental dos processos de reflexão/ação/reflexão para o aperfeiçoamento do trabalho docente. O



trabalho “Fundamentos Teórico-Metodológicos Para o Ensino da História” (2010) do historiador Itamar Freitas retoma essa importância, juntamente com a ação significativa da visão de mundo, as influências culturais, históricas e econômicas e as memórias sobre o ensino, dos profissionais da educação em contexto de sala de aula.

Falando sobre o trabalho dos profissionais de pedagogia e história, o autor indica que: “[...] se esperava um desempenho distante do senso comum [...]” (Freitas, 2010, p.18), fato que, ao refletir mediante a observação de práticas pedagógicas atuais, podemos notar um distanciamento do esperado, e considerar que um dos motivos para esse acontecimento seria a falta de formação continuada dos profissionais da educação. Mais adiante, Freitas (2010) afirma um fato que será muito importante para dar continuidade a reflexão pautada: “[...] os modos de compreender a vida, a aprendizagem e o saber histórico não foram, necessariamente, produzidos entre os muros da Universidade” (Freitas, 2010, p.19). Essa afirmação aponta para a influência também dos fatores fora do universo acadêmico para atuação do docente, como as visões de mundo, concepções de realidade, influências culturais, das interações e do meio que o constitui, e que não podemos ficar limitados somente a esse ambiente de aprendizado para o resto de nosso exercício profissional.

Posteriormente, Freitas inicia uma discussão crítica a respeito do trabalho da história no cotidiano escolar, dada como “[...] a História já está estabelecida. É um conhecimento dado. [...] Aos alunos cabe memorizá-la e reproduzi-la” (Freitas, 2010, p.29). Se nos atentarmos à realidade escolar do ensino da história, podemos ratificar a afirmação do autor.

Como num jogo de xadrez, as peças vão se movimentando de acordo com a necessidade, e por isso, é imprescindível discutir e repensar como é o ensino da História nas escolas, direcionado pelo movimento que a sociedade faz, fez e fará. O ensino de história no ambiente escolar, é intermediado pelos professores, onde muitas vezes, a aprendizagem não é significativa e acaba sendo meras repetições e reproduções conteudistas rasas. Quando o ensino é apresentado com reflexão dentro das salas de aula, a aula em si, se torna mais atrativa e efetiva, quebrando uma aprendizagem neutra, passiva e tradicional. O professor deve estar preparado, formado e comprometido com as reais necessidades de aprendizagem dos educandos, levando em conta as suas realidades, para que os mesmos, sejam capazes de fazer a diferença, nos diversos contextos dentro da sociedade. Os professores devem formar cidadãos capazes de



pensar historicamente, se expressar de forma clara e objetiva, argumentar, obter hipóteses e ideias, sugerir e questionar.

Através da constituição de 1988 e com a criação da LDB 93/94 de 96, que foi se discutido, a inclusão de temáticas significativas e que pudessem de fato, fazer com que os professores, proporcionassem aos estudantes uma reflexão sobre seu papel na sociedade e sobre sua identidade, incorporando importância da cultura e história local, buscando legitimação dos povos, quebrando conteúdos padrões e tradicionais. “[...] § 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL, 1996, Art. 26).

Os currículos do ensino fundamental devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Concluimos que, a tarefa do docente, referente ao ensino de História, é um ato político, social e relevante, dentro das paredes escolares e fora dela, na sociedade, e que o preparo dos professores para ensinar História, deve ser de um grande compromisso, levando em conta os desafios presentes da educação tradicional e a importância de se pensar em um ensino atualizado, que integre os indivíduos, sem perder suas singularidades e identidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas realizadas com três professoras que atuam no 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I permitem compreender as concepções e práticas ligadas ao ensino de História nos anos iniciais, evidenciando o lugar dessas disciplinas na formação das crianças e o papel do livro didático no processo de ensino-aprendizagem.

A seguir, apresenta-se a tabela síntese das entrevistas realizadas com as docentes, elaborada a partir de perguntas semiestruturadas, que buscavam identificar concepções teóricas, práticas pedagógicas e percepções sobre o uso do livro didático.

Tabela Comparativa – Entrevistas com Professoras do 2º e 3º Ano

Perguntas	Professora do 2º Ano	Professora do 3º Ano – N° 1	Professora do 3º Ano – N° 2
-----------	----------------------	-----------------------------	-----------------------------



1. Qual sua concepção do Ensino da História?	“História é essencial, pois permite olhar para trás, rever erros e repensar o presente. Ela destaca que o ensino da disciplina ajuda na formação de uma consciência crítica desde cedo.”	Relata que a História é um componente estruturante no ensino. A História não deve se limitar a datas comemorativas, mas sim trabalhar a formação do povo, as culturas, as vivências e as origens.”	Defende uma visão interdisciplinar do ensino da História e Geografia. A História envolve estudos da sociedade, família, bairro e grupos sociais.
2. Qual a importância do ensino de História nos anos iniciais?	É fundamental para a construção de uma consciência crítica, para a reflexão sobre o passado e para o entendimento do presente. Ressalta que até mesmo no 2º ano os alunos já expressam opiniões sobre política e sociedade.	Essencial para que os estudantes conheçam sua cultura, família, miscigenação, bairro e cidade. Permite compreender as mudanças no espaço e reconhecer a importância da preservação da natureza.	Destaca a relevância para o processo de entendimento das relações sociais. Facilita que o aluno se situe no mundo e possibilita integração com outras áreas do conhecimento.
3. Quais conteúdos históricos são mais abordados?	Trabalha com datas comemorativas, como o Carnaval no Recife e blocos locais. Foca em conteúdos ligados à vivência cultural da comunidade e ao cotidiano dos alunos.	Explora os conteúdos relacionados ao Brasil Colônia, origens e aspectos culturais.	Na História, trabalha temas como família, rua, bairro, igrejas, sociedade, grupos sociais e uma introdução à formação inicial do Brasil.
4. Quais práticas docentes e materiais são utilizados?	Utiliza intensamente o livro didático como apoio para leitura e interpretação, devido às dificuldades de muitos alunos acompanharem apenas pelo quadro. O foco é garantir compreensão textual e participação.	Emprega leitura compartilhada, atividades externas, uso de massinha, papel, lápis de cor, banners, além de vídeos e imagens que complementam os conteúdos e tornam as aulas mais dinâmicas.	Adota recursos como mapas, globos, corpo humano (ciências), televisão, músicas, textos xerocados e exposições. Alterna entre livro e caderno por conta das dificuldades de escrita.



5. Qual o papel do livro didático nas aulas?	É considerado essencial, pois organiza os conteúdos, apresenta ilustrações e auxilia no acompanhamento das atividades pelos alunos.	É visto como muito importante, norteador a prática docente.	Considera o livro um suporte fundamental, principalmente por ser visual e interativo, o que facilita a compreensão. Ressalta preocupação com a falta de exemplares para todos os alunos.
--	---	---	--

Fonte: Acervo Pessoal

De início, observa-se que as três professoras entrevistadas atribuem grande importância ao ensino de História nos anos iniciais, reconhecendo-o como componente essencial para o desenvolvimento da consciência crítica e da identidade cultural das crianças. Para a docente do 2º ano, História é fundamental porque permite “olhar para trás, rever erros e repensar o presente”, o que revela uma compreensão da disciplina como meio de formação ética e cidadã. As professoras do 3º ano complementam essa visão ao ampliarem a compreensão de História como áreas interdependentes. Uma delas salienta que a História não pode restringir-se a datas comemorativas, mas deve valorizar as vivências, as origens e a diversidade cultural do povo brasileiro. Já a outra professora adota uma visão interdisciplinar com o Ensino da Geografia, integrando História ao estudo da sociedade, família e bairro à compreensão do espaço e das relações humanas. Essa postura, embora teórica, aponta para uma tentativa de aproximar o ensino da realidade vivida pelos alunos.

Quanto à importância atribuída às disciplinas, todas as docentes afirmam que História é fundamental na formação integral das crianças, contribuindo para o desenvolvimento da criticidade e do pertencimento social. A professora do 2º ano observa que, mesmo em idade inicial, os alunos já demonstram opiniões sobre temas políticos e sociais, o que confirma a relevância de abordagens que promovam reflexão e debate.

As professoras do 3º ano, por sua vez, destacam que o ensino de História tem como possibilidade o reconhecimento da cultura local e a compreensão das transformações do espaço. As falas evidenciam uma prática que busca ancorar o conhecimento escolar nas vivências concretas, permitindo aos estudantes identificar-se com os temas estudados e compreender as relações do passado e presente.

Entretanto, quando se observa a aplicação prática dessas concepções, percebe-se uma tensão entre o discurso e a prática. Apesar de reconhecerem o valor do ensino



histórico, nem todas as professoras conseguem traduzir suas concepções teóricas em experiências pedagógicas significativas. No 2º ano, as atividades observadas ainda se estruturam em torno de datas comemorativas, como o Carnaval, embora exista a tentativa de contextualizar o conteúdo com elementos da cultura local. Já nas turmas de 3º ano, verifica-se maior variedade temática, incluindo o Brasil Colônia, mas nem sempre com aprofundamento crítico.

A análise do material coletado demonstra que o livro didático continua sendo o principal mediador do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Choppin (2004), o livro didático cumpre quatro funções principais: pedagógica, ao organizar os saberes escolares; ideológica e cultural, ao veicular valores e representações; de referência, ao selecionar conteúdos; e documental, ao registrar o conhecimento. No caso das professoras entrevistadas, a dependência desse recurso é evidente. A docente do 2º ano o considera essencial pela organização dos conteúdos e pela função ilustrativa, o que facilita o acompanhamento das crianças. A professora do 3º ano Nº 1 o utiliza como norteador da prática, mas reconhece suas limitações. Já a docente do 3º ano Nº 2 enfatiza seu caráter visual e interativo, embora aponte a insuficiência de exemplares disponíveis para todos os alunos.

Essa centralidade do livro didático indica tanto sua relevância quanto a limitação de práticas pedagógicas mais autônomas. O material didático analisado, segundo observações complementares, apresenta potencial para ser utilizado como fonte histórica e recurso pedagógico, uma vez que traz conteúdos atualizados, perguntas reflexivas, jogos e outras fontes históricas. No entanto, tal potencial raramente é explorado em sua totalidade, o que resulta em um uso mais instrumental e menos investigativo do livro.

Durante as observações em sala, constatou-se que nas turmas do 2º ano e do 3º ano Nº 2 não foram registradas práticas efetivas de ensino de História. Embora as professoras tenham manifestado interesse em trabalhar conceitos como família, bairro e cidade, essas propostas não se concretizaram. Essa ausência reflete uma subalternização do ensino de História em comparação a disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática, que ocupam a maior parte da carga horária e são priorizadas nas avaliações institucionais.

No caso da professora do 3º ano Nº 1, foi observada uma prática pontual relacionada aos povos indígenas. Embora a escolha temática seja pertinente, sua abordagem revelou-se superficial e estereotipada. A atividade de pintura em uma folha



de ofício proposta apresentava os indígenas apenas como personagens do passado, reforçando a ideia de que pertencem ao “século XVI” e negligenciando sua presença e resistência contemporânea. O episódio em que os alunos reagiram com expressões preconceituosas — como “que povo feio” — demonstra a necessidade de mediação pedagógica mais crítica. O livro didático, que poderia ter sido utilizado para problematizar estereótipos e apresentar múltiplas representações, não foi explorado durante a atividade.

O ensino que se limita a representações estereotipadas impede que as crianças desenvolvam empatia histórica e consciência de pertencimento. Além disso, reforça desigualdades simbólicas e culturais que o ensino de História, em sua dimensão crítica, deveria justamente combater, segundo Freita (2004).

É importante destacar que o ensino de História, ao ser reduzido a efemérides ou representações fixas, perde seu potencial formativo. Como argumenta Choppin (2004), o livro didático não é neutro: ele traduz visões de mundo e escolhas curriculares, devendo ser analisado e utilizado criticamente. Assim, cabe ao professor transformar o livro em um ponto de partida para a investigação, e não em um manual de respostas prontas. Contudo, as entrevistas revelam que as docentes ainda se apoiam no livro de maneira prescritiva, seguindo as atividades de forma linear, sem promover questionamentos ou leitura crítica das imagens e textos..

Os resultados obtidos também permitem refletir sobre o impacto das condições materiais e estruturais da escola. A falta de exemplares suficientes do livro didático, mencionada por uma das docentes, e a ausência de formações continuadas específicas sobre o ensino de História, influenciam diretamente na qualidade do trabalho pedagógico. Freitas (2010) ressalta que o professor precisa ser formado para interpretar e reconstruir o conhecimento histórico em sala de aula, e não apenas reproduzi-lo. Assim, investir na formação docente e no debate sobre o papel do livro didático torna-se essencial para romper com práticas tradicionais e promover um ensino significativo.

A análise evidencia, portanto, que embora as professoras compreendam teoricamente a relevância da História, o cotidiano escolar ainda é marcado por práticas tradicionais e conteúdos superficiais. Observa-se uma persistência de modelos comemorativos e estereotipados, que limitam o potencial da disciplina em despertar o pensamento histórico nas crianças. Além disso, o predomínio do livro didático como fonte única de conhecimento reflete uma prática pedagógica dependente, que reduz a autonomia e a criatividade docente.



Por outro lado, o discurso das professoras revela abertura para a transformação. As falas sobre a necessidade de contextualizar o ensino e valorizar a cultura local indicam que há consciência sobre a importância de tornar o ensino de História mais significativo. A questão central, portanto, não é a ausência de compreensão teórica, mas as barreiras estruturais, metodológicas e formativas que impedem a transposição desse conhecimento para a prática. Nesse sentido, a construção de projetos interdisciplinares, o uso do livro didático como fonte de análise crítica e a inclusão de vivências locais como conteúdo histórico são estratégias que podem contribuir para um ensino mais problematizador e emancipador.

Em síntese, o conjunto de dados obtidos revela um cenário ambíguo: de um lado, um discurso docente alinhado a princípios críticos e contextualizados; de outro, uma prática que ainda se apoia em modelos tradicionais e reprodutivos. O livro didático ocupa um papel central, mas é utilizado de forma restrita, perdendo seu potencial investigativo e formativo. A subalternização do ensino de História em relação a outras disciplinas, somada à ausência de práticas efetivas, demonstra a necessidade de repensar a função da disciplina nos anos iniciais e o modo como o professor se apropria de seus instrumentos pedagógicos.

Dessa forma, a seção de resultados e discussão evidencia que o desafio contemporâneo do ensino de História não está apenas em garantir o acesso ao conteúdo, mas em transformar o conhecimento histórico em experiência de pensamento, promovendo o diálogo entre passado, presente e futuro. Para que isso ocorra, é indispensável ressignificar o uso do livro didático, explorando-o como fonte, documento e ponto de partida para a investigação. Assim, o ensino de História poderá cumprir plenamente sua função social: formar sujeitos críticos, conscientes e capazes de compreender e intervir no mundo em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das entrevistas e observações realizadas nas turmas do 2º e 3º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal do Recife revela um cenário permeado por contradições entre o discurso teórico e a prática pedagógica no ensino de História. Embora as professoras entrevistadas demonstrem compreender a relevância dessa disciplina para a formação crítica e cidadã dos alunos, as práticas observadas evidenciam limitações que dificultam a efetivação de um ensino histórico significativo.



Em muitos casos, prevalecem abordagens tradicionais, centradas em datas comemorativas ou em representações estereotipadas, como as que envolvem a figura dos povos indígenas, o que reduz a complexidade histórica e cultural dos temas abordados.

O livro didático, segundo as docentes, é reconhecido por seu papel organizador e ilustrativo, funcionando como um importante recurso de apoio à aprendizagem. Essa percepção confirma as funções pedagógicas, culturais e documentais apontadas por Choppin (2004). Entretanto, a observação das aulas mostrou que, apesar de seu potencial como mediador do conhecimento histórico, o livro é frequentemente subutilizado ou até mesmo negligenciado, o que impede sua contribuição plena no desenvolvimento de competências investigativas e críticas nos estudantes.

Constata-se, portanto, que o ensino de História nos anos iniciais ainda enfrenta desafios significativos para transformar concepções teóricas em práticas pedagógicas efetivas. A centralidade conferida às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática — muitas vezes em detrimento das Ciências Humanas — reflete a subalternização do ensino de História dentro do currículo escolar. Essa hierarquização, somada à falta de formação continuada e de propostas interdisciplinares, limita o potencial da disciplina em fomentar a compreensão crítica do passado e sua relação com o presente.

Dessa forma, reafirma-se a necessidade de reconfigurar as práticas pedagógicas, incorporando metodologias que valorizem a diversidade cultural, a memória coletiva local e o pensamento histórico reflexivo. Como defende Freitas (2010), o ensino de História deve promover a problematização da realidade, incentivando o diálogo entre diferentes temporalidades e experiências sociais. É por meio dessa perspectiva investigativa e crítica que os alunos podem compreender-se como sujeitos históricos e atuantes na sociedade.

Para que a História cumpra plenamente sua função formadora e social, é imprescindível superar práticas reducionistas e fragmentadas. O ensino deve se afastar da mera celebração de efemérides e de narrativas homogêneas, abrindo espaço para experiências educativas que estimulem a reflexão, o debate e a valorização da pluralidade. Assim, o professor assume o papel de mediador e provocador de sentidos, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de interpretar o mundo, questionar desigualdades e reconhecer a importância das múltiplas histórias que compõem a identidade coletiva.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 out. 2025.

CHOPPIN, Alain. **O livro didático: história, atualidade e perspectivas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549–566, set./dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012> Acesso em: 25 jun. 2025.

CHOPPIN, Alain. **O Historiador e o Livro Escolar**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, p. 5-24, Abr., 2002.

CHOPPIN, Alain. **História dos Livros e das Edições Didáticas: Sobre o Estado da Arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p.549-566, set./dez. 2004.

FREITAS, Itamar. **Fundamentos Teórico-Metodológicos para o Ensino da História**. 1. ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

FREITAS, Itamar. **História, Passado, Vida e Relato**. In: _____. Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História (anos iniciais). Aracajú: UFS, 2010. p. 24-35.

MUNAKATA, Kazumi. **Livro Didático Como Indício da Cultura Escolar**. Hist. Educ. (Online), Porto Alegre, v. 20, n. 50, p.119-138, set./dez., 2016.

